

LICENÇAS DE SAÚDE DE SERVIDORES FEDERAIS: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO

Leonardo de Souza Mauro; Suzane Beatriz Frantz Krug; Hildegard Hedwig Pohl

Introdução: No serviço público federal, as atividades que atendem a saúde do trabalhador são gerenciadas pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), recurso virtual utilizado por unidades de vigilância distribuídas pelo território brasileiro. A Unidade SIASS do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) atende aos servidores da referida instituição e está sediada na Reitoria, em Santa Maria. Uma de suas áreas de atuação corresponde à perícia oficial, responsável pela concessão de licenças de saúde, legalmente previstas. A maioria dos servidores da instituição permaneceu em trabalho remoto por quase dois anos, em decorrência da pandemia de covid-19. Neste cenário, tornou-se necessária a avaliação das doenças que os acometeram, impedindo, temporariamente, o exercício de suas atribuições a partir do retorno às atividades presenciais institucionais. Objetivo: Descrever o perfil das licencas de saúde dos servidores do IFFar, identificando as doenças segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10). Metodologia: Trata-se de estudo descritivo, realizado a partir de relatórios gerenciais da Unidade SIASS IFFar, extraídos dos módulos Saúde e Órgão, componentes virtuais do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos Federal. A população estudada correspondeu aos servidores do IFFar que tiveram concessão de licenças de saúde, registradas entre 14/02/2022 a 16/07/2022, quando 722 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e 679 Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) atuaram na instituição. Conforme a CID-10, os relatórios evidenciaram o número de licenças, o total de dias de cada umadelas e o número de servidores afastados. O estudo teve autorização institucional para ser realizado e não houve acesso a dados individuais. Resultados: Nos cinco meses, foram registradas 241 licenças de saúde com duração aproximada de 18 dias. Dos 197 servidores afastados, 99 eram Professores EBTT e 98 TAEs. As doenças respiratórias foram as mais prevalentes, sendo responsáveis por 41% das licenças, com duração média de sete dias. Individualmente, a patologia que contribuiu para os afastamentos foi a covid-19, acometendo 59 servidores. Os transtornos mentais e comportamentais (TMC) também tiveram destaque, ao compreender 33,19% das licenças, com duração média de 37 dias. Os resultados mostram certa disparidade em relação aos dados de série histórica realizada na mesma instituição, no período compreendido entre 2011 e 2018. Os TMC continuaram parecendo em percentual similar, porém outras patologias deixaram de estar entre as prevalentes para dar lugar às doenças respiratórias, outrora com menor importância no perfil das licenças. Não obstante o curto

período de atividades presenciais após trabalho remoto na instituição avaliada, o número de licenças de saúde foi elevado. Os resultados deste estudo mostram que as medidas para mitigação da covid-19 e outras doenças respiratórias devem continuar sendo estimuladas, bem como a vacinação de todos os membros da comunidade acadêmica. **Considerações Finais:** Ações para a promoção da saúde mental devem estar na lista de prioridades institucionais, já que os dados mostram que uma parcela considerável da força de trabalho não retornou em condições de contribuir adequadamente com o fornecimento de educação pública e de qualidade.